



Luana Barbosa: Morta por ser mulher, negra, pobre, lésbica

Por Tatiana Merlino

Negra, lésbica e moradora da periferia, Luana era alvo frequente de abordagens policiais. Morreu após ser espancada por três agentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo na frente de familiares, em Ribeirão Preto (SP), em 2016.

Mais um enquadro. Leva chute para abrir as pernas. Cai. Levanta e dá um soco em um dos policiais militares e um chute em outro. Começa a ser espancada com cassetetes e com seu próprio capacete. Machucada, pés e mãos são algemados. É jogada dentro da viatura. Do lado de fora, com a cabeça na janela do carro, seu filho de 14 anos ouve de um dos PMs: “Sua mãe já era”.

8 de abril de 2016. Luana Barbosa dos Reis sai de sua casa, na periferia de Ribeirão Preto (SP), dirigindo sua moto para levar o filho à aula de informática. Na esquina de sua casa, é abordada pela polícia. Os responsáveis pelo espancamento de Luana são Douglas Luiz de Paula, Fábio Donizeti Pultz e André Donizeti Camilo, do 51º Batalhão da Polícia Militar, investigados pelas agressões que causaram a morte da mulher de 34 anos.

Em um vídeo gravado por familiares após as agressões, Luana conta que os policiais a mandaram abaixar a cabeça e colocar as mãos para trás: “Aí eu comecei a apanhar, já me deram um soco e um chute”. “Falou que ia me matar e matar todo mundo da minha família. Eu vomitei até sangue. Falou que vão matar todo mundo. Não é só eu não, vão matar até meu filho.”

Luana lutou por sua vida durante cinco dias, enquanto esteve internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, onde deu entrada com suspeita de AVC (acidente vascular cerebral). “Disseram que o caso era grave e que não sabiam se as sequelas seriam reversíveis”, conta sua irmã, Roseli Reis. No dia 13, Luana morreu em decorrência de uma isquemia cerebral provocada por traumatismo crânio-encefálico causado por espancamento.

Dois laudos do Instituto Médico Legal (IML) constata as agressões às quais Luana foi submetida. O primeiro, quando ainda estava internada no Hospital das Clínicas, atesta politraumatismo causado por agente contundente. Já o exame necroscópico constata morte por traumatismo crânio-encefálico e isquemia cerebral provocada por “dissecção de artéria vertebral à esquerda secundária a espancamento, conforme resultado de angiografia cerebral”.

No final de janeiro de 2017, a Justiça Militar do Estado de São Paulo arquivou o processo contra os três policiais envolvidos no espancamento de Luana. Em nota à imprensa, a Justiça Militar informou que o Ministério Público considerou que não há indícios de crime militar. A promotora

Robinete Le Fosse pediu o arquivamento do caso “pela total ausência de materialidade delitiva”. Também em nota, o 51º Batalhão de Polícia Militar informou que os policiais investigados estão trabalhando no serviço administrativo, com exceção de um deles - que se aposentou.

Inicialmente, o caso estava sendo investigado pela Polícia Civil, mas em maio de 2016 o juiz Luiz Augusto Freire Teotônio, de Ribeirão Preto, negou o pedido de prisão temporária dos três policiais, feito pelo delegado Euripedes Stuque, responsável pelo inquérito. O juiz ainda remeteu os autos do processo à Justiça Militar, alegando que não se tratava de um crime contra a vida.

O promotor Eliseu Berardo Gonçalves, responsável pelo caso na esfera criminal, tem uma opinião divergente do magistrado. Ele recorreu da decisão e pediu que a investigação voltasse à Polícia Civil.

Em 31 de janeiro, a 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) julgou procedente o pedido e determinou que o caso volte à 1ª Vara do Júri de Ribeirão, ou seja, a Polícia Civil seguirá com a investigação.

Vida arrancada

Negra, lésbica e moradora da periferia, Luana era alvo frequente de abordagens policiais quando saía de moto. No dia em que foi espancada pelos três PMs, já havia sido parada quatro vezes.

Trabalhava como garçonete em um grande buffet de Ribeirão e também fazia bicos como faxineira. Gostava de escrever, desenhar, de futebol e de correr. De viajar, de música afro e de rap. Como as músicas dos Racionais MC's, que falavam de sua realidade. Uma de suas preferidas era Negro Drama: “Olha quem morre, então veja você quem mata, recebe o mérito, a farda, que pratica o mal”.

“Dói muito saber que a vida dela foi arrancada prematuramente”, afirma Roseli, que desde a morte da irmã vem lutando por justiça e pela memória de Luana. “Ela tinha projetos para o futuro. Mas o fato de ela ser lésbica, negra, periférica e ter passagem pela polícia faz com que sua vida valha menos aos olhos da sociedade”.

“Minha irmã lutou muito para viver. O histórico da nossa família, seu nascimento, as prisões, a volta para o caminho do bem. Ela tinha muita força. Viveu cinco dias em coma antes de morrer. Sua vida foi arrancada, isso é inaceitável”, diz Roseli.

Luana era frequentemente tratada de forma desrespeitosa e violenta, na base do “cabeça no muro, abra as pernas, mão na cabeça”. Também era comum que fosse confundida com um homem, pois Luana usava cabelo curto e roupas tidas como não femininas. No dia em que foi espancada, aconteceu o mesmo. “Ela quis dar uma de macho, tivemos que acalmá-la”, disse um dos policiais que a espancou. “Vivíamos preocupados com ela. Quando andava a pé, sofria preconceitos, mas não havia casos de enquadros. Tudo piorou com a compra da moto.”

Roseli testemunhou a violência cometida contra a irmã, na rua onde a família segue morando. Luana estava ajoelhada, mãos para trás, bermuda preta, só de top. Dois policiais a imobilizavam. Um deles apontou a arma para Roseli e sua mãe e disse: “entra [na casa], senão morre”.

Após a ameaça, policiais entraram na casa da família, perguntaram se Luana morava ali, se era usuária de drogas, se traficava ou roubava. Também perguntaram no que ela trabalhava e revistaram o seu quarto.

No bairro onde moram, há dezenas de casos de jovens mortos pela polícia e, via de regra, os casos estão impunes, relata Roseli. “Não temos direitos respeitados, não temos direito de falar. Nada vai reparar nossa dor, trazer a minha irmã de volta. Mas que ao menos a justiça seja feita”.

Para além da dor da morte, a falta de apoio tem doído na família de Luana: “As pessoas não têm noção de como é lutar de forma legal, jurídica. Elas lutam no dia a dia, sobrevivem à falta total de tudo, mas não há nenhum programa de apoio jurídico e emocional às famílias. Não sabemos quanto tempo levará e se haverá justiça”. A cultura de impunidade em mortes de moradores da periferia é tamanha que, ao saber da história há quem pergunte: “Mas o que ela fez”?

Infância e juventude

A mais nova de cinco filhos nasceu prematuramente em um trabalho de parto difícil, em 12 de novembro de 1981, dois dias depois de seu pai



Arquivo familiar

Fotos do arquivo da família de Luana: acima e ao centro, a mãe de Luana, Dona Eurípedes, com os cinco filhos, em 1986, em Ribeirão Preto (SP). Na linha do meio à esquerda, foto de Luana e Roseli, sua irmã, na creche Santo Antônio, em 1983, onde as duas ficavam enquanto a mãe trabalhava. Na sequência fotos com a mãe. Na linha de baixo jogando futebol no quintal de casa com o filho; e também com seu filho e sobrinhos em parque aquático, em 2007.

ser assassinado, por motivos ainda hoje desconhecidos, e enterrado como indigente. A bebê ficou alguns dias internada até que pudesse ir para casa. Mas, aos 20 dias de vida, teve de ir para uma creche.

Luana e seus irmãos, Roseli, Lolita, Irani e Nathan passaram a infância e adolescência em bairros violentos da periferia de Ribeirão Preto. Na rotina da vizinhança onde moravam, havia briga de gangues, tráfico, estupro coletivos, mortes cometidas pela polícia. Muitos dos conhecidos e amigos foram mortos ou desapareceram. Desde muito novas, as irmãs mais velhas assumiram o comando da casa junto com a mãe, dona Eurípedes. Assim, frequentar a escola era um 'luxo' ao qual apenas as mais novas podiam ter acesso.

Anos depois, buscando um aluguel mais barato, a família mudou-se para um bairro ainda mais violento. Nessa época, Luana tornou-se mais bagunceira e briguenta e ganhou o apelido de 'foguinho'. Jogava bola, corria, empinava pipa, brincava de carrinho de rolimã.

Para Luana, a escola era a confirmação da situação precária em que a família vivia. Foram muitos cadernos doados pelas professoras; e os livros indicados no começo do ano letivo só seriam comprados pela mãe no fim do semestre. Os sapatos que usavam frequentemente eram doados e, por isso, de números maiores que seus pés, pois 'sapato de pobre não tem tamanho'. Por isso não podiam correr no recreio, sob o risco de ficarem descalças.

Na rotina do colégio, era comum que as aulas fossem interrompidas por tiroteios que ocorriam na vizinhança, bombas que atingiam a escola e falta de professores, que tinham medo de lecionar no local. E no bairro não havia lazer: nada de praça, parque, biblioteca ou museu.

Prisão e maternidade

Na adolescência, Luana foi presa por roubo e porte de arma e passou sua primeira de algumas temporadas em privação de liberdade. Foi mandada para a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), hoje Fundação Casa. "Não dá para dizer que foi uma escolha quando não se tem escolhas", diz Roseli. A primeira detenção foi seguida de outras, que marcaram sua juventude.

Luana era lésbica, mas em uma relação heterossexual, aos 19 anos, engravidou. Não teve dúvidas e disse à família que teria o bebê, que recebeu o nome de Luan. Mas, como para muitas mães, o começo da maternidade foi difícil.

Quando o bebê tinha por volta de um ano, Luana foi novamente presa. A separação foi dura para ambos. Na prisão, ela fazia muitos desenhos e escrevia cartas em que declarava o amor ao filho e lamentava que ele estivesse crescendo na ausência da mãe. Ela dizia que nunca mais faria nada que pudesse levá-la de volta à prisão. Luan também chorava muito nas visitas que fazia à mãe, junto com a avó e a madrinha.

Durante um longo período da infância do menino, Luana esteve encarcerada. Em 2009, saiu pela última vez da prisão e nunca mais voltou. E então começou a retomar a vida, estudar, procurar emprego. E mãe e filho se reconectaram e reconstruíram a relação. “Minha irmã passou uma fase muito grande de sua vida encarcerada, deprimida, com autoestima muito baixa, sempre achando que não conseguiria dar a volta por cima. Mas ela conseguiu. Começou a trabalhar, descobriu que poderia construir coisas como qualquer pessoa, que poderia ter carteira assinada”, diz Roseli.

Refazendo a vida

Logo ela conseguiu um emprego como garçoneiro em um bufê e fazia bicos como faxineira em uma empresa terceirizada, limpando escolas e terminais de ônibus. Também trabalhou lavando carros em um lava-rápido. Por causa do emprego no bufê, viajava bastante para trabalhar em festas. “Ela virava noites, ia de uma festa para outra, em cidades diferentes. Foi com esse dinheiro que ela pagou a moto em que estava quando foi abordada e espancada. E bem quando estava refazendo a vida, no período mais longo de sua vida adulta fora da prisão, aconteceu o que aconteceu.”

Luana também deu seguimento a seus estudos no programa de educação de jovens e adultos e fez curso para cabelereira. Um dos sonhos era montar um salão no terreno da casa da família. Ela adorava mudar os cortes de cabelo, que ela mesma fazia, e tirar fotos do visual novo. E também sempre cortava o cabelo dos amigos, dos sobrinhos e dos irmãos.

Na relação com Luan, acompanhava e cobrava que o menino estudasse, matriculou-o na natação, e jogavam muita bola juntos. Ela também cuidava de um afilhado como se fosse seu filho. Nos fins de semana e durante as férias, ele se juntava à madrinha e a Luan e batiam uma bola.

Lésbica assumida, Luana era namorada e muito paquerada. Teve alguns grandes amores durante sua vida. Com algumas companheiras com quem se relacionou Luana tentou morar em São Paulo, mas não queria deixar o filho em Ribeirão Preto com a mãe. E o menino era muito apegado à avó para se mudar para outra cidade. “Por isso ela acabou nunca indo definitivamente.” Mas reclamava do preconceito que sofria em Ribeirão. “Eu sempre disse para ela ir embora, por conta da mentalidade provinciana e preconceituosa da cidade. Ela sofria muito preconceito por ser mulher, negra, periférica e lésbica.”

Os episódios de discriminação eram frequentes. Em uma das empresas em que buscou emprego, por exemplo, desistiram de entrevistá-la quando viram a sua aparência. “As pessoas olhavam para ela e, na hora de cumprimentar, às vezes não pegavam em sua mão. São coisas que eu presenciei”, relata Roseli. Com a moto, a situação piorou. “O racismo e o classismo são tão grandes que, para eles, um tipo como ela na moto só poderia ser bandido. Luana pagou com a vida por conta desse estigma.”

***Tatiana Merlino** é jornalista de direitos humanos. Fundadora do canal de comunicação Ponte Jornalismo, é vencedora de três prêmios Vladimir Herzog de jornalismo. Foi jornalista na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” entre 2013 e 2015; é coautora do livro A Invasão Corinthiana, organizadora do livro Luta, substantivo feminino (2010) e Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil (2014). Em março de 2015 foi homenageada pela Comissão de Anistia por seu trabalho em defesa dos direitos das mulheres e na reconstrução da memória histórica e esclarecimento da verdade de fatos ocorridos durante o período ditatorial no Brasil.*